



Reunião de Correspondentes Nacionais

28/05/2013

Ata

No dia 28/05/13, véspera da XIII Conferência de Ministros, teve lugar na sala de conferências do Hotel Sheraton, uma reunião dos correspondentes nacionais, destinada a preparar os trabalhos da conferência.

A reunião foi presidida pelo Secretário-Geral da Conferência, Dr. Ângelo Sitole que começou por agradecer a presença de todos e, atendendo ao facto de estarem presentes representantes dos países para além dos correspondentes nacionais, solicitou que todos se apresentassem, o que foi feito (lista de presenças anexa).

De seguida, passou-se em revista a agenda, tendo o Secretário-Geral solicitado à correspondente nacional de Portugal, Dra. Cláudia Ramos, que elucidasse os presentes sobre o que a organização anfitriã havia planeado.

A correspondente nacional de Portugal procedeu de seguida à prestação de esclarecimentos relativamente aos períodos de tempo previstos para cada uma das intervenções, aos momentos que seriam abertos à comunicação social e ao que se encontra previsto para a passagem da presidência. De seguida, entrou-se na apreciação individual de cada documento, de acordo com a ordem prevista na agenda provisória.

No que respeita ao relatório apresentado pelo Secretário-Geral (Doc. n.º 1), foram suscitadas e debatidas questões relacionadas com o estado das quotizações, com a movimentação da conta bancária, com o alinhamento com a CPLP – questão que seria depois desenvolvida –, e com a Declaração de Maputo emanada do III Fórum dos Ministros do Interior e da Administração Interna dos países da CPLP, relativamente à questão da constituição do Conselho dos Diretores dos Serviços Prisionais/Penitenciários e à necessidade e importância da participação dos Serviços

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]



Prisionais/Penitenciários nos trabalhos dos Ministros do Interior e da Administração Interna tendo em conta a complementaridade das atividades desenvolvidas por estes serviços e a área da segurança pública. Sobre este último ponto, esclareceu o Secretário-Geral que, não obstante ter a Presidente da Conferência orientado o Secretariado no sentido de que esta matéria fosse suscitada na presente Conferência, a deliberação dos Senhores ministros sobre esta questão só deverá ocorrer após comunicação formal por parte do Secretariado Executivo da CPLP ao Secretariado Permanente da Conferência, o que ainda não sucedeu.

Relativamente à questão da compatibilização da Conferência com a CPLP (Doc. n.º 2), foi transmitido a todos, pelo Secretário-Geral, um historial da questão e a especificidade concreta da Justiça de, para além de preceder a criação da CPLP, ter sido criada por instrumento jurídico que cumpriu, em diferentes países, os formalismos internos inerentes à criação de um organismo.

Neste âmbito, a discussão abordou a necessidade de se conjugar as mais valias decorrentes da eventual integração com a salvaguarda da autonomia financeira da Conferência.

A troca de impressões sobre este ponto terminou com a conclusão de que, tratando-se de uma questão eminentemente política, competia, em exclusivo, aos Senhores Ministros decidir sobre esta matéria, cabendo posteriormente aos peritos a sua materialização.

No que concerne à Declaração de Lisboa Sobre a Instituição de Medidas Comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Doc. n.º 3), foi solicitado pela representação do Brasil a introdução de duas alterações na recomendação e metodologia n.º 12 do respetivo plano de ação, o que foi aceite por todos.

Relativamente à Declaração de Lisboa Sobre Medidas Comuns de Prevenção e Corrupção de Funcionários Públicos por Agentes Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais (Doc. N.º 4), foi a mesma objeto de acesa troca de impressões relativamente à sua designação, uma vez que alguns países consideravam que a palavra “funcionário” era redutora, sugerindo que a mesma fosse substituída por “agente”, enquanto outros países entendiam que se deveria ater à designação utilizada



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'G. G. F.' followed by a flourish.

pelos Senhores Ministros aquando da deliberação sobre a criação desta Comissão, na XII Conferência. No final, e tendo presente que a própria deliberação 12 estabelecia que o alcance do trabalho a desenvolver pelas Comissões seria definido pelas próprias, foi acordado que seria adotada a designação emanada da reunião da Comissão realizada em junho, na cidade da Praia, cabendo ao relator desta Comissão, Sr. Dr. Abdul Carimo, suscitar em sede de Conferência, aquando da apresentação dos resultados, a possibilidade desta Declaração vir a ter a sua designação alterada, para que o seu objeto fosse mais abrangente.

No que respeita à apresentação da parte portuguesa do projeto de Manual Sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, foi transmitido aos presentes pela correspondente nacional de Portugal, que a introdução desta questão na Conferência correspondia a uma preocupação manifestada por Angola no decurso de uma reunião havida com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e com a Direção-Geral da Política de Justiça de Portugal para melhorar a operacionalização da Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no que foi secundada pelo representante de Angola que aproveitou para agradecer o trabalho desenvolvido pela PGR de Portugal.

A delegação do Brasil informou que o Mercosul possui um manual semelhante que pode ser colocado à disposição da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Relativamente ao relatório 2010/2013 da Secretária-Geral da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Doc. n.º 6), foi realçado o facto de o mesmo conter as mesmas preocupações manifestadas em Maputo, tendo-se constatado que, a atuação dos diferentes Estados não acompanhou, na prática, o empenho político expresso pelos senhores Ministros na XII Conferência.

No que concerne à apresentação das principais linhas de atuação da Presidência portuguesa (Doc. n.º 7), e na impossibilidade de o mesmo ter circulado antecipadamente, foi dada a palavra à correspondente de Portugal que procedeu a uma apresentação sucinta do mesmo. Apresentado o documento, o mesmo mereceu uma apreciação

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

positiva de todos os presentes, tendo a representação de Angola salientado a importância da Conferência passar a dispor de um *sítio* para divulgação junto de um público mais vasto.

Por último, foi analisada o texto-base da ata (Doc. nº 8), a ser posteriormente enriquecido com as alocações proferidas, o qual mereceu a aprovação por parte dos presentes, com exceção do parágrafo referente à conta bancária, tendo a representação do Brasil ficado de comunicar antes do fecho da ata se as expressões utilizadas estavam conformes ao que legalmente era aceite no Brasil.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Lisboa, aos 28/05/2013


Angola


(Eurico Ndando)

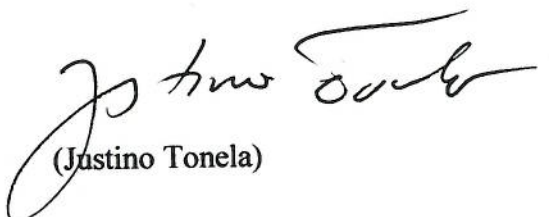
Brasil


(Fernando dos Anjos)

Cabo Verde


(José Gomes Ferreira)

Moçambique


(Justino Tonela)

Handwritten initials in the bottom left corner.



Portugal

(Claudia Ramos)

S. Tomé e Príncipe

(José Paquete Teixeira)

Timor Leste

(Francisco Cárceres)



SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

**XIII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA
DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

REUNIÃO DOS CORESPONDENTES NACIONAIS

NOME	CARGO	CONTATO TELEFÓNICO	CORREIO ELETRÓNICO
Cláudia Ramos	Chefe Divisão da Unidade de Cooperação Internacional da DGPJ e Correspondente Nacional	00351 + 217924016	claudia.r.ramos@dgpj.mj.pt
José Paquete Teixeira	Juiz conselheiro do Tribunal Constitucional e Correspondente Nacional	00239+9908979	jopatex@yahoo.com.br
Marcelina Tilman da Silva	Diretora do Centro de Formação Jurídica de Timor-Leste	00670+670077230125	mtilman@mj.gov.tl
Francisco Cárceres	Diretor Geral do Ministério da Justiça e Correspondente Nacional	00670+67077230130	fcarceres@mj.gov.tl
Cláudia Almeida	Diretora Gabinete Jurídico	00244+244923506699	claudialmeida@gmail.com
Eurico Ndando	Diretor do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	00244+925028795	euricondando@hotmail.com
Virginia Toniatti	Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça do Brasil	0055+ 612025-9450 0055 +619304-0015	virginia.toniatti@mj.gov.br



SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Fernanda Alves dos Anjos	Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça	0055+6120253330	fernanda.anjos@mj.gov.br
André Heraclio Rego	Conselheiro da Missão do Brasil junto à CPLP	351+213968360	andre.heracliorego@itamaraty.gov.br
Filomena A. Lopes	Responsável pelos Assuntos da CPLP, na Embaixada de Cabo Verde	351+965160422	filomenalopes@embcv.pt
José Carlos Gomes Ferreira	Diretor do Gabinete de S. Exa. o Ministro da Justiça de Cabo Verde e Correspondente Nacional	00238+9141222	Jose.g.ferreira@mj.gov.cv
Joaquim Domingos	Assessor de S. Exa. a Ministra da Justiça de Moçambique. Perito da Comissão de Trabalho Sobre o Tráfico de Seres Humanos	00258+86618636	Jdomingos1953@hotmail.com
Abdul Carimo Issá	Relator da Comissão de Trabalho sobre a Corrupção de Funcionários nas Transações Comerciais Internacionais	00258+3021760	Issa.buddah@gmail.com ; buddahmoz@gmail.com
Justino Tonela	Diretor Nacional do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica, e Correspondente Nacional	00258+828210150	jtonela@hotmail.com